



PREFEITURA  
**RIO GRANDE  
DA SERRA**  
ESTADO DE SÃO PAULO

**LEI MUNICIPAL Nº 2.666 , DE 16 DE OUTUBRO DE 2025.**

*“Reestabelece a vigência da Lei Municipal nº 2.130, de 30 de junho de 2.015, que aprova o Plano Municipal de Educação do Município de Rio Grande da Serra, até 31 de dezembro de 2.026.”*

**RICARDO AKIRA ONO AURIANI**, Prefeito Municipal de Rio Grande da Serra, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte:

**LEI**

**Art. 1º** Fica restabelecida a vigência da Lei Municipal nº 2.130, de 30 de junho de 2015, que aprova o Plano Municipal de Educação do Município de Rio Grande da Serra, até 31 de dezembro de 2026.

**Art. 2º** O Plano Municipal de Educação do Município de Rio Grande da Serra - PME, aprovado pela Lei nº 2.130, de 30 de junho de 2015, cuja vigência é restabelecida por esta Lei, com suas diretrizes, metas e estratégias constantes do Anexo Único, observa o disposto no inciso I do art. 11 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no art. 8º da Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, e da Lei Orgânica do Município de Rio Grande da Serra.

**Art. 3º** São diretrizes do PME:

I - superação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar nas modalidades de educação



PREFEITURA  
**RIO GRANDE  
DA SERRA**  
ESTADO DE SÃO PAULO

infantil entre 4 e 5 anos, ensino fundamental e ensino médio;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade social da educação, com vistas à educação integral;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos princípios éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção da educação em direitos humanos, com respeito à diversidade e à sustentabilidade socioambiental;

VII - promoção humanística, cultural, científica e tecnológica do município;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação pública, resultantes da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento da educação infantil, ensino fundamental e da educação inclusiva;

IX - valorização dos(as) profissionais de educação;

X - difusão dos princípios da equidade e do respeito à diversidade;

XI - fortalecimento da gestão democrática da educação e dos princípios que a fundamentam.

**Art. 4º** As metas previstas no Anexo Único integrante desta Lei deverão ser cumpridas no prazo de vigência do PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

**Art. 5º** As metas previstas no Anexo Único integrante desta Lei deverão ter como referência os censos mais atualizados da educação básica, disponíveis na data da publicação desta Lei.

**Art. 6º** A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação;

II - A Câmara Municipal de Vereadores;



PREFEITURA  
**RIO GRANDE  
DA SERRA**  
ESTADO DE SÃO PAULO

III - Conselho Municipal de Educação;

§ 1º Compete, ainda, às instâncias referidas no *caput*:

I- analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

II- analisar e propor a ampliação progressiva do investimento público em educação, podendo ser revista conforme o caso, para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas deste PME.

§ 2º A cada 02 (dois) anos, ao longo do período de vigência deste PME, a Secretaria Municipal de Educação juntamente com o Conselho Municipal de Educação, realizará estudos para aferir a evolução no cumprimento das metas estabelecidas no Anexo desta Lei.

§ 3º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

**Art. 7º** O Município promoverá, em colaboração com o estado e a União, a realização de, pelo menos, 02 (duas) conferências municipais de educação até o final da vigência deste Plano, com intervalo de até 04 (quatro) anos entre elas, coordenada pelo Conselho Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Educação, com o mínimo objetivo de avaliar e monitorar a execução deste Plano.

Parágrafo único. As conferências municipais de educação e o processo de elaboração do próximo Plano Municipal de Educação serão realizados com ampla participação de representantes da comunidade educacional e da sociedade civil.

**Art. 8º** Fica assegurado o regime de colaboração entre o município, o Estado de São Paulo e a União para a consecução das metas deste PME e a implementação das estratégias a serem realizadas.

§ 1º As estratégias definidas no Anexo Único integrante desta lei e os mecanismos de colaboração e cooperação Inter federativa instituídos nesta lei, não excluem a adoção de medidas visando formalizar a cooperação entre os entes federados, podendo ser



PREFEITURA  
**RIO GRANDE  
DA SERRA**  
ESTADO DE SÃO PAULO

complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca, inclusive no âmbito da região do Grande ABC e metropolitana de São Paulo.

§ 2º O sistema municipal de ensino deverá prever mecanismos de acompanhamento para consecução das metas e para o desenvolvimento dos mecanismos de colaboração e cooperação definidos nesta lei.

**Art. 9º** Para garantir a equidade educacional, o Município, por meio dos entes federados das redes municipal e estadual, deverá considerar o atendimento às necessidades específicas da Educação Especial, assegurando um sistema inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

**Art. 10.** O Município de Rio Grande da Serra deverá aprovar leis específicas disciplinando a gestão democrática da educação em seus respectivos âmbitos de atuação

**Art. 11.** O Plano Municipal de Educação do Município de Rio Grande da Serra abrangerá, prioritariamente, o Sistema Municipal de Ensino, definindo as metas e estratégias que atendam às incumbências que lhe forem destinadas por lei.

**Art. 12.** O Plano Plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Município deverão ser formulados de modo a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Parágrafo único. Os investimentos em educação pública representarão, até o final do decênio, no mínimo 30% da receita do município, que serão destinados à qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, despesas com manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino, juntamente com a aquisição de material didático-escolar, alimentação, transporte escolar e uniforme, e complementar os recursos financeiros com a colaboração dos entes federados.



PREFEITURA  
**RIO GRANDE  
DA SERRA**  
ESTADO DE SÃO PAULO

**Art. 13.** Antes do término do período de vigência estabelecido no Art. 1º desta Lei, o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal de Rio Grande da Serra, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Educação coordenarão o processo de elaboração da proposta de PME, que deverá ser realizado com ampla participação de representantes da comunidade educacional e da sociedade civil e posteriormente encaminhada pelo Poder Executivo.

**Art. 14.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio Grande da Serra, 16 de outubro de 2025  
– 61º. Ano de Emancipação Político-Administrativa do Município.

**RICARDO AKIRA ONO AURIANI**

**Prefeito Municipal**

Pjlei n.º 33/2025= PM

Autógrafo n.º 59/2025= CM

Proc. n.º 1538/2025